

SEGREGAÇÃO, MEMÓRIA E EXPANSÃO URBANA: O PAPEL DO EDUCANDÁRIO EUNICE WEAVER NA FORMAÇÃO DOS BAIRROS DA PRATINHA E VAL DE CANS EM BELEM DO PARÁ (ST09)

Livia Gaby Costa

Universidade de São Paulo | liviagaby@usp.br

Sessão Temática 09: Cidade, história e cultura em disputa

Resumo: Este texto tem como objetivo analisar a relação entre a formação de recortes territoriais específicos na Amazônia paraense, que englobam áreas dos bairros da Pratinha e Val de Cans, em Belém do Pará, e a consolidação do Educandário Eunice Weaver, uma instituição totalizante vinculada à Liga contra a Lepra no Estado. Os padrões de segregação aplicados ao tratamento da hanseníase, por meio do tripé profilático instituído no Estado Novo, resultaram em uma política excludente em relação aos filhos de hansenianos em todo o território nacional. Diversas espacialidades foram criadas para abrigar os filhos saudáveis de pacientes internados nos leprosários e, no Pará, foi inaugurado o preventório nas franjas urbanas de Belém. Posteriormente, essa instituição possibilitou a expansão e ocupação, no caso em questão, da capital para áreas expressivas localizadas atualmente nos bairros da Pratinha e de Val de Cans. A segregação e o preconceito associados às instituições responsáveis pela criação desses territórios ainda se refletem em regiões que enfrentam problemas sociais profundos. Esses espaços formam territórios que, atualmente, não apenas evidenciam a produção de áreas irregulares e infraestrutura subnormal, mas também são marcados por apagamentos históricos que buscam desvincular o bairro da memória de dor e exclusão. Tal processo obscurece a relevância do Educandário Eunice Weaver na formação desses territórios, ocultando seu papel no contexto histórico da região.

Palavras-chave: Hanseníase; Isolamento; Metropolização; Pará; Urbanização.

SEGREGATION, MEMORY AND URBAN EXPANSION: THE ROLE OF TEACHER EUNICE WEAVER IN THE FORMATION OF THE NEIGHBORHOODS OF PRATINHA AND VAL DE CANSA IN BELEM DO PARÁ

Abstract: *This text aims to analyze the relationship between the formation of specific territorial areas in the Pará Amazon, which encompass areas of the Pratinha and Val de Cans neighborhoods, in Belém do Pará, and the consolidation of the Educandário Eunice Weaver, a totalizing institution linked to the Liga against Leprosy in the State. The segregation standards applied to the treatment of leprosy, through the prophylactic tripod established in the Estado Novo, resulted in an exclusionary policy in relation to children of leprosy patients throughout the national territory. Various spaces were created to house the healthy children of patients admitted to leper colonies and, in Pará, the preventatory was inaugurated on the urban fringes of Belém. Subsequently, this institution enabled the expansion and occupation, in the case in question, of the capital to significant areas located currently in the neighborhoods of Pratinha and Val de Cans. The segregation and prejudice associated with the institutions responsible for creating these territories are still reflected in regions that face profound social problems. These spaces form territories that, currently, not only demonstrate the production of irregular areas and subnormal infrastructure, but are also marked by historical erasures that seek to detach the neighborhood from the memory of pain and exclusion. This process obscures the relevance of Educandário Eunice Weaver in the formation of these territories, hiding its role in the historical context of the region.*

Keywords: *Leprosy; Isolation; Metropolization; Pará; Urbanization.*

SEGREGACIÓN, MEMORIA Y EXPANSIÓN URBANA: EL PAPEL DE LA MAESTRA EUNICE WEAVER EN LA FORMACIÓN DE LOS BARRIOS DE PRATINHA Y VAL DE CANSA EN BELEM DO PARÁ

Resumen: *Este texto tiene como objetivo analizar la relación entre la formación de áreas territoriales específicas en la Amazonía de Pará, que abarcan áreas de los barrios de Pratinha y Val de Cans, en Belém do Pará, y la consolidación del Educandário Eunice Weaver, institución totalizadora vinculada a la Liga contra la Lepra en el Estado. Las normas de segregación aplicadas al tratamiento de la lepra, a través del trípode profiláctico establecido en el Estado Novo, resultaron en una política de exclusión. en relación con hijos de enfermos de lepra en todo el territorio nacional. Se crearon diversos espacios para albergar a los hijos sanos de pacientes ingresados en leproserías y, en Pará, se inauguró el preventorio en la periferia urbana de Belém. Posteriormente, esta institución permitió la expansión y ocupación, en el caso en cuestión, de la capital. a importantes zonas ubicadas actualmente en los barrios de Pratinha y Val de Cans. La segregación y los prejuicios asociados a las instituciones responsables de crear estos territorios todavía se reflejan en regiones que enfrentan profundos problemas sociales. Estos espacios forman territorios que, actualmente, no sólo demuestran la producción de áreas irregulares e infraestructura subnormal, sino que también están marcados por borrados históricos que buscan desligar al barrio de la memoria del dolor y la exclusión. Este proceso oscurece la relevancia del Educandário Eunice Weaver en la formación de estos territorios, ocultando su papel en el contexto histórico de la región.*

Palabras clave: *Lepra; Aislamiento; Metropolización; Pará; Urbanización.*

INTRODUÇÃO

A arquitetura, sua teoria, prática e planejamento, compõem a estrutura do nosso cotidiano. Do 'não lugar' ao 'lugar', configuram-se apagamentos, construções e modificações no entorno de nossas vidas que, em essência, refletem as atividades humanas em seu esplendor e, também, em sua atrocidade. Nesse sentido, a produção dos espaços cliva o que será lembrado e esquecido, e essa seletividade exprime uma 'face' construída socialmente, em torno de saberes, mentalidades e políticas. Alternam-se, assim, anseios culturais e sociais das gerações, que traçam e moldam as linhas das cidades.

As dinâmicas do que lembrar e esquecer detêm poder há séculos e constroem-se, como expõe Halbwachs (1992), perante grupos que mantêm sua memória por meio de locais e rituais de homenagem. A imagem da cidade preservou-se durante longo período sob a narrativa dos 'vencedores', com participação limitada das minorias. A mudança de perspectiva acerca da atuação ativa e democrática da população na composição da urbe alterou ritos, monumentos e sítios:

Os cidadãos receberam a oportunidade de negar ou contestar símbolos, memórias e imagens dos lugares como concebidos pelos profissionais. Esse reconhecimento da natureza mutável da memória definiu relacionamentos novos (e complexos) entre lugar, narrativas e práticas espaciais nas cidades do mundo inteiro (Hatuka, 2017, p. 50).

Essas questões trouxeram aos lugares da cidade narrativas diversas e sobrepostas, que, dentre questões de tamanha complexidade, permitiram também elucidar debates e novas compreensões acerca dos processos de formação da urbe. Ampliando o entendimento sobre elementos que sofreram silenciamentos contínuos e que, hoje, querem ser ouvidos e levados em consideração quanto às suas relevâncias e importâncias nos lugares da cidade.

As disputas pelos contornos e linhas que moldam nosso entorno revelam narrativas subterrâneas (Pollak, 1989), que têm permitido uma compreensão mais profunda das estratégias de saber-poder forjadas no passado e que, ainda hoje, refletem desigualdades persistentes. O objetivo deste artigo é analisar uma dessas alianças entre o poder público e o saber científico no Estado do Pará, que desempenhou um papel crucial na construção da 'face social' da lepra, resultando na marginalização e estigmatização dos doentes. No entanto, os preconceitos não se limitaram aos afetados pela doença; estenderam-se também a suas redes familiares, incluindo seus descendentes, enfoque do artigo em questão.

Sob a justificativa de racionalidade e alinhamento com as ideias evolutivas da época, foram criadas instituições de caráter totalizante no Estado, com o intuito de promover a profilaxia e o controle do denominado 'mal de Hansen'. A política aqui apresentada representará o recorte temporal do período do Estado Novo e da implementação, no Brasil, do que ficou conhecido como o 'tripé profilático'. É importante frisar, no entanto, que a implementação de discursos estigmatizantes à lepra se apresenta em décadas predecessoras no país e no estado do Pará; inclusive, as documentações oficiais apresentam inúmeras nomenclaturas desumanas aos acometidos pela doença no Brasil Colônia.

A abordagem governamental do Estado Novo foi responsável, no entanto, pela criação, em todo o Brasil, de espaços destinados aos descendentes dos doentes, que eram separados de suas famílias logo após o nascimento. Esses indivíduos eram levados para instituições totais (Goffman, 1974), onde permaneciam até atingirem a maioridade, sendo privados dos laços familiares.

No Estado do Pará, o Educandário Eunice Weaver foi a denominação desse dispositivo arquitetônico construído em 1942, em um terreno extremamente isolado da capital paraense, rodeado de florestas e sem infraestrutura urbana. Afastadas da centralidade da capital, onde as condições de vida seriam controladas, inúmeras crianças sadias, permaneciam sob a tutela do saber-poder, as margens da cidade, como seus pais (Pacheco, 2017). O Educandário foi então documento da dominação na produção do espaço e esse processo se reflete não apenas na edificação afastada da infraestrutura urbana, mas também na formação posterior de regiões em áreas, conhecidas hoje, como bairro da Pratinha e Val de Cans, na cidade de Belém.

A segregação, o preconceito, o silenciamento e a inação do Estado e do Município associados ao Educandário Eunice Weaver ainda se refletem no presente. Por meio de dados coletados em pesquisa bibliográfica, documental, de campo e entrevistas com ex-internos da instituição, abordarei o entrelaçamento da marginalização dos filhos separados à atual localidade, marcada por profundos problemas sociais. Esses espaços não apenas evidenciam a produção de áreas irregulares e infraestrutura precária, mas também carregam apagamentos históricos que buscam dissociar os bairros da memória de dor e exclusão. Esse processo obscurece a relevância do Educandário Eunice Weaver na formação desse território, ocultando seu papel crucial no contexto histórico da região.

OS LUGARES DE MEMÓRIA DA HANSENIASE: DOS SILENCIAMENTOS AOS DEBATES

NOS PREAMBULOS DAS PESQUISAS ARQUITETÔNICAS DOS ESPAÇOS DE SAÚDE: A HANSENIASE

A memória da hanseníase no Brasil é marcada por contradições profundas, nas quais a dor e a exclusão convivem com a resistência e a superação. Enquanto doença histórica e socialmente estigmatizada, a hanseníase deixou marcas indelévels naqueles que foram vítimas de seu estigma e forçados ao isolamento em leprosários e educandários. No entanto, ao lado dessas memórias de sofrimento, surgem também outras narrativas: as de luta, reparação, preservação e resiliência.

A dualidade da memória – entre a dor da exclusão e a esperança da superação – reflete-se na trajetória dos espaços que abrigaram pacientes com hanseníase no Brasil e seus descendentes. Esses locais, marcados por longos períodos de isolamento, começam a ser ressignificados de diversas maneiras, especialmente a partir do final do século XX. No campo

da pesquisa arquitetônica, a América Latina passou a olhar para esses espaços sob uma nova perspectiva, formando a Rede Latino-Americana de Patrimônio Cultural da Saúde. Esse movimento visa preservar a história da saúde por meio da valorização de bens materiais e imateriais, como hospitais, laboratórios, documentos e objetos médicos (Monteiro, 2014).

O Brasil aderiu à Rede Latino-Americana de Patrimônio Cultural da Saúde em 2005, com a representação da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e do Ministério da Saúde. Para impulsionar a pesquisa nacional, foi criada a Rede Brasileira de História e Patrimônio Cultural da Saúde. Essa rede tem como objetivo estudar os espaços assistenciais como fontes de investigação dos contextos históricos e sociais, reconhecendo-os como elementos essenciais da memória urbana, dada sua função histórica, estética e localização nas cidades. No entanto, muitos desses locais foram negligenciados e sofreram apagamentos históricos, o que dificulta a discussão e preservação de sua relevância. Além disso, pertencem a uma categoria que, ainda hoje, enfrenta preconceitos e dificuldades na transição para espaços de preservação (Amora et al., 2018). A principal dificuldade no trato do Patrimônio Cultural da Saúde está na gestão de espaços de morte carregados de lembranças negativas, transformando-os em lugares de memória (Sanglard; Costa, 2008).

As adversidades associadas às memórias negativas são particularmente intensas nos chamados "Hospitais de Isolamento", dispositivos arquitetônicos criados para segregar pacientes com doenças infectocontagiosas, isolando-os dos centros urbanos e, conseqüentemente, da sociedade e dos seus familiares (Silveira, 2019). Esses espaços, como leprosários, manicômios e sanatórios, foram profundamente marcados pelo preconceito e pelas memórias de dor, sofrendo múltiplos apagamentos materiais como uma forma de silenciar as memórias históricas e sociais dos mesmos (Miranda, 2010). Os educandários, ou preventórios, apresentam uma carga ainda mais intensa de violações, pois, diferentemente dos hospitais de isolamento, eram ambientes destinados ao controle de corpos infantis sadios. Recém-nascidos eram retirados do convívio familiar e social sem possibilidade de contestação ou compreensão das violências que sofriam.

A relação entre doenças estigmatizadas, memória, esquecimento, separação, vida e superação é um tema recorrente ao longo da história, especialmente nas vivências de indivíduos, famílias e instituições. As edificações voltadas à reclusão, o controle sobre os corpos e os traumas enfrentados pelos afetados levantaram questões sobre o poder dessas construções sobre populações vulneráveis, a organização do espaço urbano e o saber-poder médico-estatal que moldou as tipologias arquitetônicas e as configurações urbanas. A dualidade entre os discursos que associam a melhoria da qualidade de vida aos projetos arquitetônicos e a constituição de instituições e espaços urbanos sob o viés do controle e da exclusão de minorias gerou inquietações acadêmicas sobre o papel dessas estruturas na formação das cidades e na memória social. Esses debates ampliaram a compreensão das políticas públicas de saúde, especialmente no contexto da hanseníase, revelando como elas impactaram a configuração urbana e engendraram silenciamentos que ainda hoje afetam as

realidades de bairros e comunidades, criando situações de precariedade, que discutirei com mais profundidade a seguir no escopo do Estado Novo e das tipologias arquitetônicas que compuseram formações urbanas na Amazônia.

DO "NÃO LUGAR" AO "LUGAR": OS ESPAÇOS À HANSENIASE E SUA RELEVANCIA NA CONFIGURAÇÃO URBANA NA AMAZÔNIA

A partir de 1935, com a intensificação da lepra no Brasil, especialmente na região Norte, as políticas sanitárias passaram a adotar medidas mais rigorosas no combate à doença. Em resposta a essa situação, o governo federal, sob o Estado Novo de Getúlio Vargas, implementou uma política de saúde pública a lepra baseada no tripé profilático, cujo objetivo era isolar os doentes, monitorar os casos e promover a educação sanitária. Esse tripé era composto por três instituições: o leprosário, destinado ao tratamento e isolamento dos pacientes com hanseníase; o dispensário, que funcionava como um centro de saúde para pessoas que haviam tido contato com os infectados, oferecendo acompanhamento médico e orientações para prevenção ou diagnóstico precoce da doença; e o preventório/educandário, um espaço dedicado aos filhos saudáveis dos pacientes internados nos leprosários, visando evitar a transmissão e garantir a separação das famílias (Brasil, 1960).

Os leprosários, ou hospitais colônias, como ficaram conhecidos, seguiram um padrão construtivo que procurava reproduzir uma vila, ou microcidade entre muros, em áreas distantes dos centros urbanos. Sua configuração apresentava-se no Decreto Federal nº 16.300 de 31 de dezembro de 1923, que além de tornar obrigatório o isolamento da lepra no país, estabelecia as colônias agrícolas como ambientes preferencialmente recomendados à doença:

§ 1º. As colônias agrícolas, sempre preferíveis, deverão ter bastante amplitude para nellas se poder estabelecer uma verdadeira villa de leprosos, e, além das condições que assegurem do melhor modo os seus fins, deverão ter hospitaes para os que necessitarem cura de doenças e affecções intercurrentes, crêche, orphanato e asylo para os incapazes (Brasil, 1923).

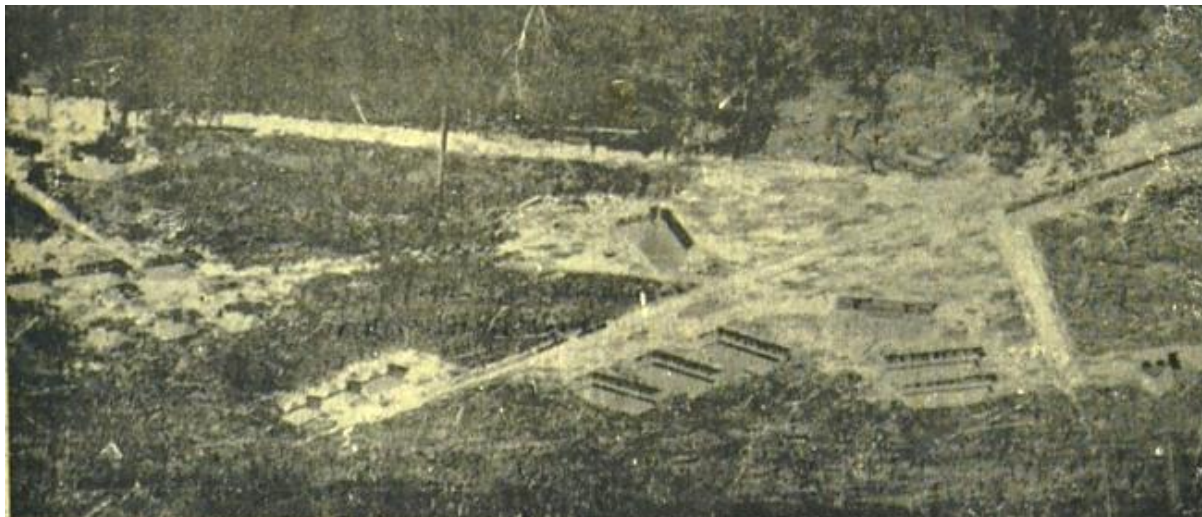
Essas "cidades entre muros" tornaram-se, em diversas regiões do Brasil, dispositivos fundamentais a formações urbanas (Ribeiro, 2011). No Estado do Pará, o local que abrigava a colônia de hansenianos de Marituba teve um papel crucial na formação do espaço social, econômico, político e cultural da sociedade maritubense atual (Silva, 2009).

Localizada a 12 quilômetros de Belém, a área que hoje corresponde ao município de Marituba foi estrategicamente escolhida para a construção da colônia agrícola devido à sua proximidade com a estrada de ferro Belém-Bragança, facilitando o transporte dos pacientes para a região. Embora fosse uma área de difícil acesso, cercada por florestas e rios que delimitavam o terreno, essas características geográficas ajudavam a assegurar o isolamento e a segregação dos internos, dificultando eventuais fugas (Souza-Araujo, 1956).

O Hospital Colônia de Marituba inaugurado em 15 de janeiro de 1942 apresentava configuração de uma microcidade, contendo:

(...) uma rede de águas e esgotos completos, além de uma usina própria de luz elétrica (...) 16 pavilhões "Carville" com capacidade para 28 doentes cada um; 23 casas germinadas para o abrigo de oito casais de doentes, cada uma e dois outros pavilhões para 28 crianças. Além disso, dispõe de escolas, refeitórios, pavilhão de serviços médicos e pavilhão de diversões (Folha do Norte, 1942, p. 1).

Figura 1: Vista aérea da colônia de Marituba rodeada pela floresta



Fonte: O Estado do Pará, 1942, capa.

A configuração do hospital colônia apresentava "prefeito, polícia, cadeia, casas, escola, Igreja, comércio e até uma moeda própria, cunhada pela Santa Casa de Misericórdia do Pará para ser usada internamente" (Silva, 2009, p. 17). Dessa forma, restringia-se a possibilidade e necessidade de saída do local.

A colônia foi de extrema importância para o crescimento e construção do Município de Marituba como narra Geraldo, ex-interno da instituição que vive in loco (atualmente bairro do município) desde 1954:

Marituba não existia ainda, tinha a vila operária da Estrada de ferro Belém-Bragança e aqui só existíamos nós. Tínhamos a "urbanização", abastecimento de água, energia elétrica e a coleta do lixo era feita por um "burro", tinha "um camarada" que chegava lá, colocava o lixo pra levar; as questões também de atendimento, tinha uma equipe interna de enfermagem para fazer curativos. Na colônia esse grupo de enfermagem apresentava 3 enfermeiras "sadias" e de 8 a 10 atendentes de enfermagem internos, que eram treinados para fazer curativo, aplicar injeção (...). As atividades internas eramos nós que fazíamos, era escolhido então o mais apto pra desempenhar determinada função, pra enfermagem, por exemplo, deveria ter uma mão sem muitas sequelas, saber ler uma bula, e como, na maioria do tempo não tinha professor com diploma pra ensinar na escola, o diretor, geralmente, via o interno que tinha o grau de instrução melhor e esse ia atuar na escola (...) eu atuei como professor (...) recebíamos um salário interno e em 1975 foi regularizada nossa situação e passamos a receber pela SEDUC (Secretaria de Estado de Educação do Pará).

A área da antiga colônia em Marituba apresenta-se hoje nos bairros: Pedreirinha, São José, D. Aristides, Novo Horizonte, São Francisco, União e Nossa Senhora da Paz, também chamado de Bairro Novo. Materialmente encontra-se nessas regiões casas remanescentes de

funcionários da antiga colônia e apesar da intenção das “elites locais em apagar a contribuição dos portadores de hanseníase” na história do processo de formação de Marituba, a mesma ainda está presente na memória de muitos moradores remanescentes do período. A realidade da colônia dos hansenianos em Marituba, precisa ser contada, “enquanto componente *sine qua non* dos processos que fizeram, e ainda fazem, o município ser o que é hoje” (Silva, 2009, p. 17).

Embora Marituba seja o menor município do Estado do Pará em termos de território, ele possui a “terceira maior taxa de densidade demográfica do Pará, com 443,24 habitantes por quilômetro quadrado” (Câmara de Marituba, 2024, n.p). De acordo com o Censo de 2010, no que se refere aos aglomerados subnormais, Marituba ocupa a primeira posição na Região Metropolitana de Belém, apresentando o maior número de assentamentos irregulares. Dos 27.413 domicílios particulares ocupados no município, cerca de 21.220 estão localizados em áreas de assentamentos informais, o que corresponde a 77,64% da população vivendo em condições precárias de moradia (IBGE, 2010).

É notável que a extrema precariedade observada em Marituba, uma área cuja formação histórica foi fortemente influenciada pela presença da antiga colônia de hansenianos, reflete-se também em outras regiões da Amazônia que passaram por processos semelhantes. Em Manaus, por exemplo, a área que anteriormente abrigava a Colônia Antônio Aleixo, hoje incorporada à urbanização da capital, ainda enfrenta sérios problemas de infraestrutura e abandono. Ribeiro (2011) observa que, apesar das transformações urbanas na cidade, as estruturas de segregação social e as condições precárias de habitação permanecem como legados de um processo histórico de negligência e exclusão. As regiões que, no passado, foram destinadas ao isolamento dos doentes ainda sofrem com a falta de investimentos adequados, perpetuando um ciclo de marginalização e falta de acesso a serviços essenciais.

A importância das instituições destinadas ao tratamento da lepra na configuração de determinados territórios amazônicos vai além da existência dos hospitais-colônias. O Educandário Eunice Weaver, por exemplo, e a infraestrutura construída para sua instalação a 10 km do centro de Belém, desempenharam um papel crucial na ocupação e expansão da área, resultando na formação de regiões no bairro conhecido hoje como Pratinha e Val de Cans. A persistência da precariedade e omissão nas regiões revela a dificuldade em superar os modelos de segregação que, mesmo após décadas do fim das políticas sanitárias de isolamento, continuam a impactar a qualidade de vida das populações afetadas

O EDUCANDÁRIO EUNICE WEAVER:

A INAUGURAÇÃO DO EDUCANDÁRIO EUNICE WEAVER

A construção do Educandário Eunice Weaver representava a última etapa na implementação do tripé profilático no Estado do Pará. A região já abrigava o Instituto Terapêutico da Lepra que foi o primeiro dispensário federal para hanseníase, fundado em 1921, além da primeira

colônia agrícola de leprosos do Brasil, conhecida como Lázaropolis do Prata ou Colônia do Prata (Souza-Araujo, 1923). Em 1939, também foi inaugurado o dispensário "Souza-Araujo". O auxílio aos filhos de hansenianos ocorria no período através da adaptação da creche "Santa Therezinha", substituída posteriormente, ainda em 1939, por "uma das salas e pavilhões do Asilo D. Macedo Costa", que passou a ser denominado Asilo-Escola "Therezinha de Jesus". Esta nova instituição passou a abrigar os menores de "nove anos, filhos de pais leprosos da 'Creche Santa Terezinha'" (Folha do Norte, 1939, p. 1).

Figura 2: Asilo D. Macedo Costa



Fonte: Rodrigues (1939, p. 135).

A realocação das crianças da creche "Santa Therezinha" para o Asilo D. Antônio Macedo Costa foi, contudo, uma medida emergencial e temporária. Isso ocorreu porque, para atender às exigências da União, era necessário um educandário com uma infraestrutura que integrasse creche, asilo infantil e escolas profissionais para adolescentes. A adaptação do espaço no Asilo D. Antônio Macedo, entretanto, revelou-se inadequada e insuficiente para suprir essa demanda (Campanha, 1939).

Em 1939, foi lançada então a chamada "Campanha da Solidariedade", com o objetivo de arrecadar doações para a construção de um "grande preventório capaz de abrigar não só os recém-nascidos, mas também os outros filhos saudáveis dos leprosos do Pará" (Campanha, 1939, p. 11). Dentre os discursos que defendiam o isolamento de crianças sadias de pais hansenianos, estava o seguinte argumento:

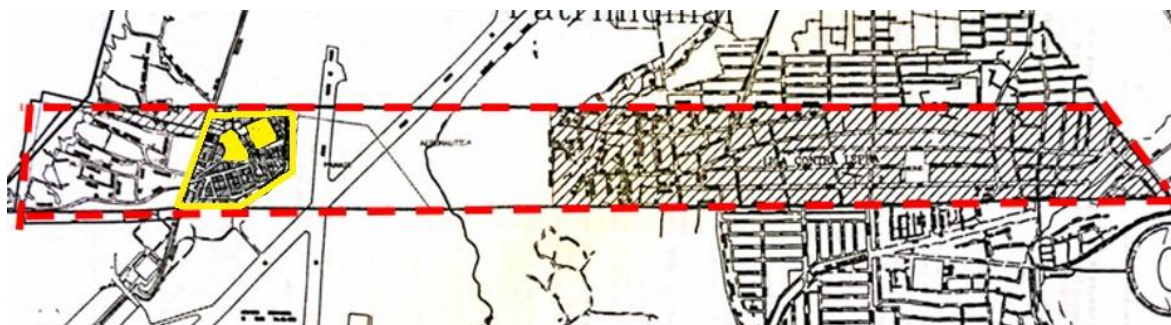
Nos países onde a lepra é endêmica, as probabilidades de contrair a lepra diminuem na medida em que aumentam os anos de vida. Isto é, as crianças mais facilmente a contraem do que os adultos. Do nascimento até o fim da adolescência é a fase da vida em que mais se arrisca a contrair a lepra (Aben-Athar, 1939, p. 14).

O médico Jayme Aben-Athar, professor, diretor do Instituto de Higiene do Pará, chefe do serviço de profilaxia rural e membro do conselho técnico da Liga Contra Lepra do Pará, possuía

notoriedade nacional e fomentava essa justificativa por meio do levantamento de casos da doença. Do período de 1921 a 1923 foi analisado que 70% dos doentes eram acometidos pela moléstia na idade de 6 a 20 anos, essa proposição foi fortemente defendida e usada para justificar que a infância e juventude eram o período mais suscetível a infecção dos indivíduos (Pacheco, 2017).

O Educandário Eunice Weaver foi, portanto, uma medida crucial para o Estado na época. O terreno destinado à construção da instituição situava-se na antiga Fazenda Val de Cans, cujas terras foram inicialmente doadas à Liga Contra a Lepra. Posteriormente, o Estado do Pará cedeu essas terras à Prefeitura de Belém para a construção do Educandário. De acordo com a certidão digitalizada do registro de imóveis, o terreno doado à Liga Contra a Lepra, onde o Educandário foi erguido, era identificado como "Lote D" e possuía uma área total de 1.840.876,6347 m², conforme ilustrado pela demarcação em vermelho na figura 3. A instituição foi construída em um terreno de 200 hectares, que correspondia a uma pequena parte do lote da Fazenda Val de Cans, destacada na figura 3 em amarelo.

Figura 3: Documento da Prefeitura de Belém de pesquisa patrimonial nos lotes doados a liga contra lepra



Fonte: Arquivo da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - CODEM (2007) adaptado pela autora (2024).

Localizado a 10 km do centro urbano da cidade de Belém, o terreno carecia de infraestrutura urbana e era cercado por florestas. Este isolamento, embora aparentemente desnecessário para as crianças que não apresentavam sinais da doença, continuava sendo uma medida impreterível. As orientações médico-sanitárias da época ainda estavam centradas na segregação de qualquer elemento associado à hanseníase dos centros urbanos, mesmo que, no caso das crianças saudáveis, não houvesse um risco direto à saúde da população. Essa abordagem refletia a persistente ênfase no isolamento, um legado das políticas sanitárias da época, que visavam evitar qualquer contato entre os portadores da doença e a sociedade em geral (Pacheco, 2017).

Figura 4: Educandário Eunice Weaver



Fonte: Pacheco (2017, p. 166).

O Educandário Eunice Weaver foi inaugurado em 12 de fevereiro de 1942, composto por todas as necessidades de um preventório recomendado pela União que, segundo a I Conferência Nacional de Assistência Social aos Leprosos consistia:

19.º - O Preventorio deverá compor-se de uma crèche, de um pavilhão de observação, de pavilhões gerais, de uma escola profissional ou de instituição congênere.

20.º - Na crèche deverão ser admitidas as crianças menores de 2 anos de idade, e as nascidas nos leprosarios.

21.º - As crianças de mais de 2 anos de idade até 12 anos, do sexo masculino, e até a maioridade as do sexo feminino, serão admitidas nos pavilhões gerais.

22.º - As crianças de sexo masculino, de 12 a 18 anos de idade, deverão ser encaminhadas às escolas profissionais ou instituições congêneres.

(...)

27.º - O Preventorio deve ser localizado convenientemente afastado dos leprosarios, onde seja possível assistencia medica eficiente e onde seja facilitada a ulterior colocação dos internados (Brasil, 1938, p. 434 e 435).

Figura 5: Pavilhão de entrada do Educandário Eunice Weaver



Fonte: Souza-Araujo (1928, est. 112).

O Educandário funcionou por várias décadas, sendo desativado à função dos filhos sadios da hanseníase, segundo Pacheco (2017) em 1980. Durante esse período, foram forjadas

memórias de dor, reminiscências de uma infância vivida em uma instituição de isolamento compulsório, mas também, memórias de superação e de ressignificações de laços, observada em inúmeras narrativas dos ex internos da instituição.

Após a desocupação, o local passou a ser marcado pelo apagamento. Embora tenha sido invadido e negligenciado ao longo dos anos, a memória do Educandário permanece ressignificada na denominação de localidades do bairro de Val de Cans que ainda preservam a nomenclatura de escola e Residencial "Eunice Weaver" no sítio onde foi instalado o preventório; e do conhecimento popular da Pratinha dividida em áreas, como expõe Cruz (2005, p. 3848) Pratinha 1 e Pratinha 2, sendo a área a direita da rodovia Arthur Bernardes, área do mesmo lado do sítio onde foi construído o Educandário, conhecida popularmente como "Eunice Weaver" pelos paraenses.

Figura 6: Área atual do sítio (em rosa) onde foi edificado o Educandário Eunice Weaver em 1942



Fonte: Elaborado pela Autora (2024).

O silenciamento oficial imposto à instituição presente claramente no abandono e invasões possibilitadas pela omissão do Município e Estado, foram veiculadas pela mídia:

O Educandário "Eunice Weaver" enfrenta uma das piores crises de toda sua existência. Mantendo hoje 180 menores dos quais 120 em regime de semi-internato – na faixa de 3 a 6 anos – e 60 internos até 14 anos, o prédio da instituição está em estado precário. Os cupins estão em toda parte, a lavanderia não funciona, já que as máquinas estão com defeito, o mato tomou conta da área – não há verba para pagar serviços de limpeza – as luminárias, desde o portão até o prédio, estão quebradas e até o sino de bronze que as irmãs usavam para se comunicar com os internos foi roubado. Como não existem vigias, o local é constantemente invadido por desocupados (...) hoje, a instituição perdeu quase toda a imensa área que a cerca ocupada por posseiros (O liberal, 1989, p. 4).

O ABANDONO DO EDUCANDÁRIO EUNICE WEAVER: FORMAÇÕES URBANAS NO BAIRRO DA PRATINHA E VAL DE CANS

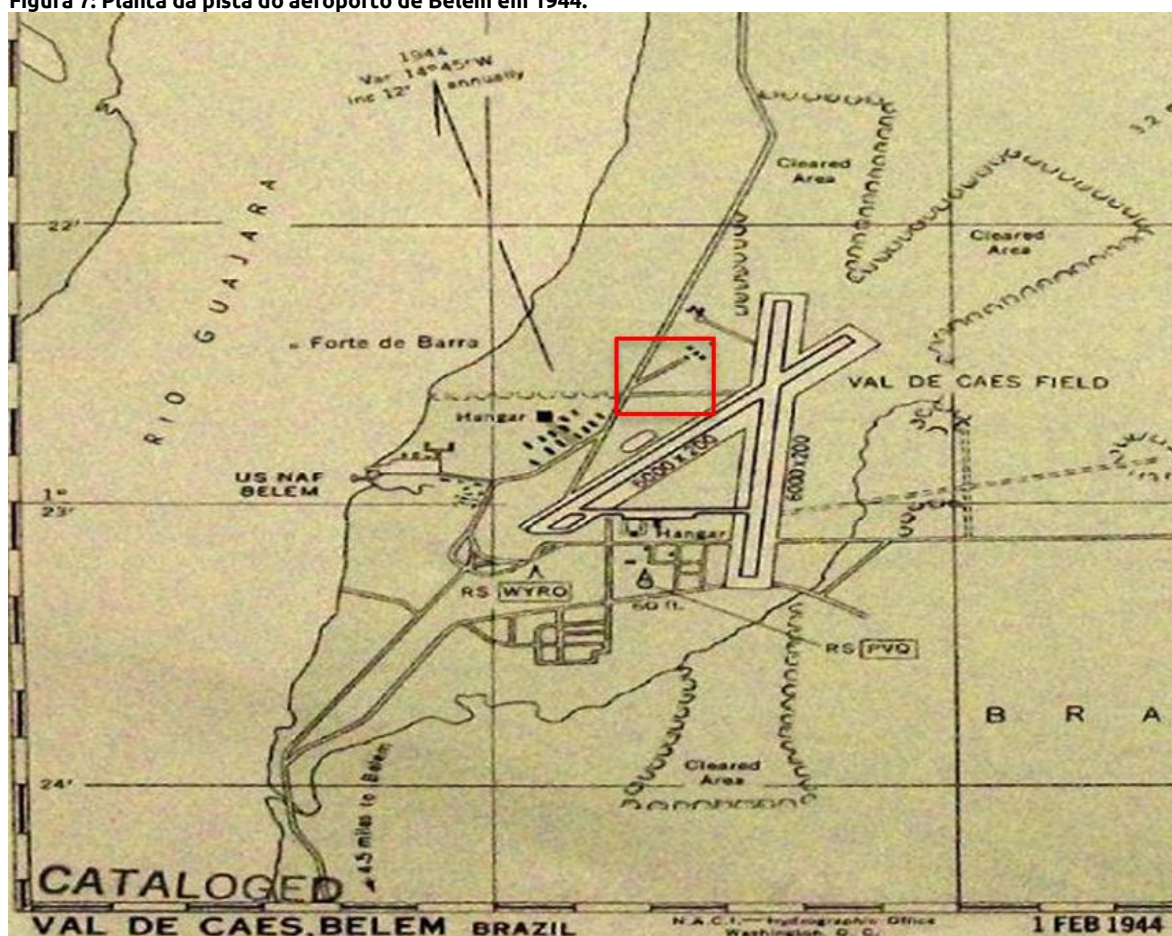
O prédio da instituição Eunice Weaver foi completamente invadido e abandonado, como veicula a notícia de 1989 do jornal *O Liberal*, que trouxe à tona as questões complexas enfrentadas pela localidade. No entanto, o conhecimento sobre as ocupações e o deterioramento do local e seu entorno não era desconhecido do poder público. O Decreto nº 3.217, de 15 de março de 1984, que revogava a cessão onerosa do Governo do Estado e da Prefeitura do Município de Belém à antiga "Liga contra Lepre" — na época denominada "Sociedade Educandário Eunice Weaver" do Pará — revela o pleno entendimento da governança sobre o que ocorria na região. A revogação foi motivada pelo fato de "porções de área excedente à construção do prédio" estarem "sendo indevidamente alienadas a terceiros".

Apesar da compreensão da gravidade da situação nas imediações da área, não houve a regularização dos lotes pelo poder público, nem a proteção da edificação cada vez mais deteriorada do educandário. Tampouco foram implementadas melhorias na infraestrutura urbana, como o abastecimento de água para a região (Cruz, 2005).

A formação dessas territorialidades, que compõem a segunda léngua patrimonial de Belém, estão diretamente vinculadas ao processo de metropolização da capital, iniciado na década de 1960. Esse período foi caracterizado pela expansão urbana que, por um lado, promovia a modernização e sofisticação nas áreas centrais, enquanto, por outro, favorecia a ocupação desordenada das periferias, resultando em favelização e no crescimento do setor terciário de baixa renda. A metropolização provocou a substituição de um espaço urbano compacto por uma cidade mais dispersa, redesenhando a capital e suas dinâmicas espaciais. A saturação das áreas centrais, na década de 1960, impulsionou a ocupação das zonas periféricas e, nos anos 1970, o processo de periferização se intensificou, expandindo ainda mais as ocupações para essas regiões (Trindade Jr., 1997).

O bairro da Pratinha e o de Val de Cans, localizados nas imediações da Rodovia Arthur Bernardes, são exemplos claros do processo de crescimento desordenado e da transformação urbana da capital. O bairro de Val de Cans, cujo nome remete à Fazenda Val de Cans, está intimamente ligado à construção do Educandário Eunice Weaver, que pode ser considerada precursora dos processos de infraestrutura urbana na região. O aeroporto, localizado em terreno adjacente ao preventório, começou a ser construído um ano após a inauguração do Educandário, em 1943 (Chaves, 2016). A planta da pista do aeroporto, datada de 1944, revela, em seu desenho, a rodovia, um hangar próximo à mesma, e, acima da área, uma via de acesso que conecta a três pontos circundados em vermelho na Figura 7.

Figura 7: Planta da pista do aeroporto de Belém em 1944.



Fonte: Sixtant - War II in South Atlantic adaptado pela autora (2024).

As figuras que ilustram as construções no entorno da planta do aeroporto sugerem que, na década de 1940, a região era praticamente desocupada. A espacialidade delineada parece corresponder ao local onde estava o Educandário Eunice Weaver. Essa conclusão foi confirmada por meio de entrevistas com ex-internos e de pesquisas de campo, equiparadas a cartografia, realizadas no terreno onde o preventório foi originalmente instalado.

Atualmente, a área passou por diversas modificações e ocupações, refletindo o processo de transformação urbana que ocorreu ao longo das décadas. A região abriga uma escola com o nome do antigo Educandário que ainda mantém um pavilhão (Figura 8) em completo estado de abandono e desuso em seu lote. Em entrevista realizada em 2022 com ex interna da instituição, a memória da localidade é descrita:

Aqui se chamava "Furgão". Eu fui criada aqui, eu fiquei até 9 anos, era por idade que a gente ficava, né, e nesse ficava até 9 anos e depois passava pro outro prédio (...). O que aconteceu é que foram vendendo todas essas terras. As terras eram nossas, essa Eunice (...) ela deu esses terrenos pros internos, pras crianças, então todo esse terreno era nosso, era enorme (...). Aí foi vendendo a área e foram fazendo as casas dessa região da Pratinha. Depois, alguns foram "deixados de mão" e invadiram (...). Aqui era tudo aberto, era um bosque, lindo, lindo, lindo, não existia casa nenhuma, tudo cheio de árvores, era muito lindo mesmo, tudo limpinho, mas no meu tempo, né.

Figura 8: Pavilhão do antigo Educandário Eunice Weaver presente no terreno da EEEFM Eunice Weaver



Fonte: Autora (2022).

Fora dos muros da escola, é possível visualizar o telhado de outros pavilhões localizados nas imediações do terreno. Mencionados na narrativa da ex-interna, esses pavilhões, atualmente invadidos, são conhecidos como "Carandiru". A área, dominada por facções criminosas, tornou inviável a visita a campo. No entanto, por meio do Google Maps, é possível visualizar alguns desses pavilhões, conforme representa a figura 9.

Figura 9: Perspectiva atual da localização dos pavilhões no lote do Educandário, a ocupação do interno vista aérea e o abandono dos antigos pavilhões da instituição

O BLOCO AMARELO, QUE SERIA O BLOCO DE ENTRADA INTERLIGADO A RODOVIA ARTHUR BERNARDES NÃO É POSSÍVEL CHEGAR POR MEIO DO GOOGLE MAPS



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O lote localiza-se no bairro de Val de Cans. No entanto, a área à esquerda, após a rodovia Arthur Bernardes, faz parte do bairro da Pratinha. A memória relatada pela ex-interna do preventório refere-se às invasões e possessões ocorridas em ambos os bairros. O bairro da Pratinha começou a ser ocupado nos anos 80. A princípio, as margens do igarapé Mata Fome localizado na figura 10 (Cardoso; Pereira; Negrão, 2013).

Figura 10: Igarapé Mata Fome em azul localizado na porção norte do bairro da Pratinha



Fonte: Cardoso, Pereira, Negrão (2013, p. 272) editado pela autora (2024).

A área adjacente ao terreno do educandário, delineada em amarelo na figura acima, porção localizada ao sul do bairro da Pratinha, passou a ser ocupada nos anos 80 também, por meio de terras arrendadas ilegalmente, conforme as informações oficiais expostas anteriormente e as narrativas de ex-internos.

A localidade do igarapé Mata Fome e do Educandário apresentavam um distanciamento considerável, no entanto, com o crescimento e expansão da região metropolitana de Belém e a intensificação da periferização, as áreas encontram-se atualmente densamente ocupadas e interligadas. As ruas e habitações cresceram nessas localidades sob condições precárias, em áreas alagáveis e de difícil acesso, com barracos adaptados, muitos dos quais desprovidos de saneamento e energia elétrica.

Atualmente, a realidade da região permanece alarmante. Os bairros apresentam taxas de criminalidade altíssimas, sendo a Pratinha uma das áreas da região metropolitana de Belém com os índices de homicídios por 100 mil habitantes mais elevados (Correa; Lobo, 2019). As ocupações ainda são majoritariamente irregulares, refletindo a invisibilidade dessas regiões para o poder público e a expansão desordenada das localidades. A infraestrutura urbana na Pratinha, em particular, é extremamente precária, com saneamento básico deficiente e pouca atenção das autoridades públicas. Entre 2001 e 2021, o bairro foi uma das áreas com menor atuação da Prefeitura no fornecimento de serviços essenciais, como água potável, esgoto e coleta de lixo, agravando ainda mais as condições de vida dos moradores. Perpetuado um processo de marginalização que dura décadas e contribui para a continuidade das desigualdades e da exclusão social na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Entender as histórias sobre lugares que se entrelaçam, como expõe Brígida (2018, p. 1), "na terra das contradições, quando o passado é sempre presente", é essencial para a compreensão da história da cidade e de como os processos urbanos foram moldados por relações de poder que, ainda hoje, se refletem em omissões nas políticas públicas. São lugares "dos quais nem sempre se fala, por vezes se cala, ao lembrar de tempos de dor".

A importância desses debates, como foi exposto, tem crescido e ganhado relevância nos últimos anos. O breve século XX, marcado por guerras e regimes repressivos, gerou a necessidade de dar sentido às memórias ligadas ao sofrimento. Esse processo de ressignificação parece estar intimamente relacionado ao desejo de confrontar um passado perturbador, com o intuito de viver melhor o presente (Serres; Borges, 2018). Esse movimento de reconstrução do passado está profundamente ligado à materialidade dos espaços, como destaca Boguea (2009). Os locais construídos pelos homens preservam, em sua estrutura física, as memórias das práticas sociais dos indivíduos que ali convivem. Em áreas que representam transgressões, essa materialidade adquire um significado ainda mais profundo, gerando um sentimento único que somente a vivência do espaço é capaz de proporcionar. Contudo, os apagamentos materiais, como a destruição ou negligência desses locais, resultam em silenciamentos irreversíveis, apagando a memória que esses espaços carregam e dificultando a reconciliação com o passado.

A perda desses lugares de memória inviabiliza a possibilidade de gerar sentimentos únicos que só eles poderiam despertar na sociedade. Assim, também se inviabiliza o peso dessas espacialidades, impossibilitando que a sociedade reconheça as transgressões cometidas. O pacto de omissão do poder público em relação a lugares de memória específicos na cidade perpetua esse silenciamento, com uma instituição que reconhece "o peso que a urbanidade desempenha (...) na produção de representações simbólicas do acontecimento", sabendo que o cidadão se tornou o ponto de referência na criação dos espaços de memória das cidades (Hatuka, 2017, p. 55).

Durante muitos anos, o Educandário Eunice Weaver foi alvo de um apagamento institucional, utilizado como uma forma de encobrir as violações ocorridas naquele espaço, sob a justificativa de implementar uma política pública voltada para o suposto bem maior de profilaxia da lepra. Esse silenciamento oficial resultou, na atualidade, em um pacto de negligência em relação ao dever de proteger a região, que hoje se configura como um local de tensões, marcado por confrontos, irregularidades e violência. Os estigmas do passado e o silenciamento são irreversíveis em diversos aspectos, dificultando o reconhecimento dessas questões como transgressões. Além disso, perpetua-se um estigma que ainda persiste, em relação à hanseníase e à história do combate e profilaxia da doença no estado do Pará, que apresenta "muita contradição de dados, com informações confusas de datas, nomenclaturas, contextos políticos e sociais" (Silva, 2009, p. 15).

A concepção de que esses locais guardam memórias que foram intencionalmente apagadas está diretamente relacionada à ideia de que eles podem se transformar em formas de reconhecimento e reparação simbólica no presente (Ferreira; Serres, 2015). Esse presente, já marcado por inúmeros silenciamentos, correria o risco de perpetuar um ciclo de marginalização à área, seus moradores e aos filhos separados pela política intervencionista da lepra durante o Estado Novo.

A reparação tem sido promovida por meio de diversos mecanismos, e o poder público tem respondido a essa necessidade por meio de ações de indenização. A mais recente dessas ações é a Lei nº 14.344/2023, sancionada em 2023, que trata da indenização dos filhos de pessoas diagnosticadas com hanseníase no Brasil. O objetivo dessa lei é reparar a dor e o sofrimento dos filhos que foram separados de seus pais devido ao diagnóstico de hanseníase, particularmente no contexto das graves violações de direitos humanos e práticas discriminatórias que marcaram o século XX.

Entretanto, como já discutido, os silenciamentos impostos ao longo do tempo geraram consequências irreversíveis. No caso dos filhos separados que viveram no Educandário Eunice Weaver, as invasões dos pavilhões, a ocupação das terras e a crescente criminalidade na área impossibilitaram o acesso e a conexão com o local. Esses fatores levaram à perda de inúmeros documentos essenciais para o processo de indenização desses indivíduos. De acordo com José Ademilson da Rocha Picanço, Coordenador do Morhan Marituba, essa situação dificulta consideravelmente a identificação e o reconhecimento dos direitos dessas pessoas, comprometendo a efetivação das reparações devidas:

Eu tentei ir lá na Escola, por que precisamos de documentações para comprovar que a gente se criou no Educandário, até pro processo mesmo, pra indenização (...). É complicado né, por que é aquele negócio, o documento é teu mas não é (...) por que documento do Educandário não tem mais quase nenhum, os caras invadiram lá e jogaram fora (Entrevista concedida à autora, 2022).

Figura 11: Joé Ademilson da Rocha Picanço em sua casa, com a bandeira da Morhan (Movimento de reintegração das pessoas atingidas pela hanseníase)



Fonte: Autora (2022).

O Educandário Eunice Weaver e todas essas nuances e perspectivas não podem então permanecer subterrâneas, acreditando que as mesmas se fazem alheias aos contextos atuais que configuram as linhas das cidades. Essa memória não é alheia ao nosso entorno, está profundamente enraizada ainda hoje nas formas de produção dos bairros que se configuraram nos sítios replicando marginalizações. O resgate na atualidade será claramente incompleto diante dos apagamentos, no entanto, precisa ser feito; usando o acontecimento histórico como ponto de referência "para repensar o lugar de maneiras novas e inovadoras. Isso está longe de constituir um apagamento; envolve re-imaginar o futuro do lugar" (Hatuka, 2017, p. 59).

As memórias são sempre conflitivas, no entanto, como expõe Cabral (2019, p. 333-334) "só podem ser atenuadas e cooperar para a formação de uma sociedade mais democrática se forem expostas e trabalhadas. Assim, as pessoas ao tomarem conhecimento dos acontecimentos, adquirem a oportunidade de assumir uma posição e refletir sobre suas ações no presente".

AGRADECIMENTO:

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa de doutorado concedida através do processo nº 2022/08043-0.

REFERÊNCIAS

ABEN-ATHAR, Jayme. A função do Preventório. In: **CAMPANHA da solidariedade em prol da construção do preventório para filhos sadios dos lázaros, no Pará**. Belém: Papelaria Loyola, 1939.

AMORA, Ana Albano; GONZALEZ, Maria Lilia Servin; FERRER, Carlos Fernando. Complejo sanatorial de Curicica. In: **Registro del Sistema arquitectónico de pabellones em hospitales de América Latina**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autonoma de Mexico, 2018. p. 71-89.

BOGÉA, Marta; ALMEIDA, Eleida. Esquecer para preservar. **Arquitextos**, UFRGS, v. 15, p. 181-209, 2009. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.091/181> Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923. Torna obrigatório o isolamento da lepra no país e estabelece as colônias agrícolas como ambientes preferenciais à doença. Diário Oficial da União, 31 dez. 1923.

BRASIL. I Conferência Nacional de Assistência Social aos Leprosos. 1938. p. 434-435.

BRASIL. Lei nº 3.321, de 26 de dezembro de 1960. Estabelece normas sobre o combate e controle da hanseníase no Brasil. Diário Oficial da União, 26 dez. 1960.

BRASIL. Lei nº 14.344, de 14 de julho de 2023. Dispõe sobre a indenização dos filhos de pessoas diagnosticadas com hanseníase. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2023.

BRIGIDA, Nilson Oliveira Santa. **Entre Memórias e Esquecimentos: a Colônia do Prata como patrimônio olvidado**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2018.

CAMARA DE MARITUBA. História. Disponível em: <https://camamarituba.pa.gov.br/o-municipio/historia/#~:text=Marituba%20%C3%A9%20o%20menor%20munic%C3%ADpio,24%20habitantes%20por%20quil%C3%BAmetro%20quadrado>. Acesso em: 30 nov. 2024.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; PEREIRA, Glaydson de Jesus Cordovil; NEGRÃO, Marcília Regina Gama. **Urbanização e estratégias de desenvolvimento no Pará: da ocupação ribeirinha aos assentamentos precários**. Novos Cadernos NAEA, v. 16, n. 2, p. 255-279, dez. 2013. ISSN 1516-6481.

CAMPANHA da solidariedade em prol da construção do preventório para filhos sadios dos lázaros, no Pará. Belém: Papelaria Loyola, 1939. Acervo do Setor de Obras raras da Biblioteca Arthur Viana.

CHAVES, Túlio Augusto Pinho de Vasconcelos. **O plano de urbanização de Belém: cidade e urbanismo na década de 1940**. 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

CORRÊA, R. S. S.; LOBO, M. A. A. **Distribuição espacial dos homicídios na cidade de Belém (PA): entre a pobreza/vulnerabilidade social e o tráfico de drogas**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 11, e20180126. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180126>

COSTA, Gláucia Maria Ribeiro da; SILVA, Wagner Ferreira da; TEIXEIRA, Mônica Maia. "A hanseníase e seus estigmas: aspectos históricos e sociais". **Revista Brasileira de Epidemiologia**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Epidemiologia, v. 18, n. 1, p. 103-115, 2015. DOI: 10.1590/1980-5497201500010010.

CRUZ, Benedito Ely Valente. **Distribuição de água na área de expansão urbana de Belém: um estudo de caso do bairro da pratinha**. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, Universidade de São Paulo. Anais... São Paulo, 20-26 março de 2005, p. 3835-3851. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Procesosambientales/Usoderecursos/10.pdf> Acesso em: 30 ago. 2020.

FOLHA DO NORTE, Belém, 10 jan. 1939. **A saúde pública inaugurou duas importantes instituições e serviços.** Arquivo do Setor de Obras Raras da Biblioteca Arthur Viana.

FOLHA DO NORTE, Belém, 16 jan. 1942. **O governo da República entregou ao do Estado o leprosário de Marituba: a inauguração do nosocômio.** Arquivo do Setor de Obras Raras da Biblioteca Arthur Viana.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

HATUKA, Tali. **A obsessão com a memória: o que isso faz conosco e com as nossas cidades?** In: PONTE, Ivan Matuck (Org.). **Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas.** 1. ed. São Paulo: Annablume, 2017. p. 47-59.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios. Resultados do universo.** Rio de Janeiro, 2011.

MIRANDA, Cybelle Salvador. **Memória da assistência à Saúde em Belém-PA: Arquitetura como documento.** In: I ENANPARQ Arquitetura e Saúde: história e patrimônio. Experiências em rede, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvdenanparq/simposios/15/15-11-2-SP.pdf> Acesso em: 30 ago. 2020.

MONTEIRO, Fábio Antônio. **O Patrimônio Arquitetônico da Saúde: Discussões sobre a Arquitetura Hospitalar Brasileira do Século XIX.** Dissertação de Mestrado. Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo – Patrimônio e Cultura, Vitória, 2014.

PACHECO, Tatiana do Socorro Corrêa. **Infância, crianças e experiências educativas no Educandário Eunice Weaver em Belém do Pará (1942-1980).** 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, Maria Nunes da Silva. **De leprosário a bairro: reprodução social em espaços de segregação na Colônia Antônio Aleixo (Manaus-AM).** 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RODRIGUES, Hildebrando (Org.). **Álbum do Pará 1939: organizado sob os auspícios do governo do Estado e com o apoio da Associação Comercial do Pará, sendo interventor federal S. Excia. o Sr. Dr. José Carneiro da Gama Malche.** Belém, PA: Typographia “Novidades”, 1939. 252 p., il. rets; 24 cm.

SANGLARD, Guimaraes; COSTA, Rúbia Gabriele Ribeiro. **Memória, História e Patrimônio Cultural da Saúde: uma história possível.** In: História da Saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808 – 1958). Rio de Janeiro: Editora: FIOCRUZ, 2008.

SILVEIRA, Paula Figueiredo. **Hospital de Isolamento de São Paulo: Investigações Históricas de sua formação e de suas edificações remanescentes a partir de um projeto de restauro.** Dissertação de Mestrado em Urbanismo. Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – Centro de Ciências Exatas Ambientais e Tecnológicas, Campinas, 2019.

SILVA, José Bittencourt. **A ex-colônia de hansenianos de Marituba: Perspectiva histórica, sociológica e etnográfica.** Papers do Naea n.